

Jornalismo digital e acontecimentalização: os 130 anos da Lei Áurea nos sites estrangeiros¹

Danton José BOATINI JÚNIOR²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS

RESUMO

Certos acontecimentos são invisíveis para o jornalismo brasileiro. Nos últimos anos, aproveitando-se do espaço digital, empresas jornalísticas internacionais têm preenchido esta lacuna indo de encontro, igualmente, à ideia de que o avanço tecnológico é sinônimo de superficialidade. A cobertura dos 130 anos da assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravatura no Brasil, exemplifica como os sites da BBC Brasil e da Deutsche Welle Brasil, na margem da mídia nacional, produziram o acontecimento. Como a internet, lugar considerado triturador dos fatos, vem se diferenciando da mídia *mainstream*? Uma análise comparativa vertebrada a conclusão de que se trata de um modo de objetivação jornalística que se aproxima do “jornalismo de ideais”, baseando-se na “acontecimentalização”.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo digital; Mídia estrangeira; Invisibilidade; Acontecimentalização; Escravidão.

1. INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos após o surgimento da internet comercial, costumava-se atribuir ao jornalismo online o papel de acompanhar os acontecimentos “em tempo real”, de forma instantânea, enquanto que aos veículos impressos caberia uma visão mais analítica e aprofundada daquilo que ocorreu nas últimas 24 horas. Iniciativas recentes surgidas no Brasil demonstram que o cenário está em transformação. Se por um lado a produção informatizada e diária de um jornal tende a “triturar os fatos” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 37), transformando-os em um produto, por outro, a

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Jornalista, mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutorando em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).
dboattini@gmail.com

análise do cotidiano encontra espaço em iniciativas localizada à margem dos grandes grupos de comunicação do país, com foco em um jornalismo mais analítico.

Este trabalho integra pesquisa de doutorado que pretende analisar a atuação dos sites de origem estrangeira voltados à produção de conteúdo jornalístico para o público brasileiro. No presente artigo, iremos abordar a cobertura que duas destas páginas (BBC Brasil e Deutsche Welle Brasil) fizeram em maio de 2018, em alusão aos 130 anos da assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país. Nosso objetivo é discutir o conceito de acontecimentalização a partir destas reportagens. Entende-se que a especificidade do tema está situada no fato de veículos de imprensa com sede fora do país abrirem um espaço importante para a discussão de um assunto tão fortemente ligado à história nacional. A passagem dos 130 anos da Lei Áurea foi lembrada também por veículos nacionais. Desta forma, iremos analisar as reportagens publicadas pelos portais G1, Folha e Estadão, com o objetivo de comparar a abordagem utilizada com os sites de origem estrangeira.

A rememoração que os veículos de imprensa fazem da escravidão se dá em um contexto de transformação no jornalismo. Na virada do século XIX para o XX, uma mudança estrutural converteu o jornalismo partidário, em que predominava a opinião. Nas décadas de 1970 e 1980, o mundo assiste ao surgimento do jornalismo “de comunicação”. Esse fenômeno reflete o deslocamento da atenção de um público menos interessado em política e mais interessado na busca da felicidade privada (NEVEU, 2006, p. 164). Neste contexto, conforme o autor, a informação atualizada sobre o acontecimento é apenas um dos itens oferecidos ao leitor. Ao mesmo tempo, valoriza-se a ocorrência das *soft news* e da informação relacionada à saúde, ao lazer, ao consumo, etc. O jornalista de comunicação, segundo Neveu, age como um “vulgarizador, conselheiro, até como um amigo, mantendo uma relação de familiaridade com seu público, divertindo-o” (p.164), despojando-se da postura de autoridade e de autor de uma relação cívica. O jornalismo digital, surgido a partir da década de 1990, acentua as possibilidades no que se refere à memória no jornalismo, como veremos.

À pesquisa das críticas das práticas jornalísticas cabe não apenas investigar o que foi noticiado, mas também atentar ao não dito, àquilo que é silenciado. A tese de

que ao jornalismo caberia apenas fazer um relato dos fatos – ou seja, de que “os fatos falam por si” –, representada pela Teoria do Espelho (TRAQUINA, 1999), motivou um conflito com a corrente que defendeu o contrário, ou seja, a crença de que a objetividade jornalística não passa de um mito. Shibutani (apud Tuchman) aponta que a avaliação e a aceitação de “fatos” está extremamente dependente de processos sociais. Molotch e Lester (1999) citam alguns exemplos para sustentar “o fato de que todos os acontecimentos são socialmente construídos e a sua 'noticiabilidade' não está contida nos seus traços objectivos” (p. 48).

Como sabemos, certos acontecimentos são invisíveis para o jornalismo, dependendo dos atores envolvidos. Galtung e Ruge (1999) colocam entre os 12 fatores primordiais ao processo de seleção noticiosa a referência a nações de elite. Ou seja, quanto mais o acontecimento preencher estas características, maior a probabilidade de ser transformado em notícia. Ao mesmo tempo, segundo Sodré (1999), a mídia “constrói identidades virtuais a partir, não só da negação e do recalçamento, mas também de um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições” (p. 246).

No caso das reportagens que tratam sobre a abolição da escravidão, a reflexão sobre o tema ganha importância num momento em que a memória sobre a escravidão vem sendo desprezada por autoridades, apesar da dívida histórica que o último país das Américas a abolir a escravidão tem para com a população negra.

2. EMPRESAS ESTRANGEIRAS NO JORNALISMO NACIONAL

A presença do capital estrangeiro nos meios de comunicação brasileiros não é um fenômeno inteiramente novo. De fato, diversos autores relataram com preocupação a interferência externa no jornalismo local, sobretudo na radiodifusão³. O tema tem sido alvo de discussões no Congresso há décadas⁴. Porém, com o surgimento da internet, o

³ A Emenda Constitucional nº36, de 28 de maio de 2002, permite a presença de até 30% de capital estrangeiro no quadro acionário das empresas. (Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

⁴ Em 1957, uma CPI chegou a ser instalada para debater o assunto. Na década de 1960, o grupo Globo é acusado de receber de forma ilegal mais de 2 milhões de dólares do grupo Time, o que motivou investigação.

jornalismo demonstra o impacto de um cenário que acentua a ideia de desterritorialização e de mobilidade do capital.

Se no início da internet comercial no Brasil as iniciativas ligadas ao jornalismo digital limitavam-se aos grandes grupos de comunicação (FERRARI, 2004), a partir de meados da década de 2010 o cenário passou por profundas transformações. Além da derrocada de alguns sites tradicionais, o mercado assistiu nos últimos anos ao surgimento de novas iniciativas voltadas à produção de conteúdo jornalístico para o público brasileiro, sejam elas independentes ou, no caso do nosso objeto de estudo, com origem em empresas estrangeiras⁵.

Nosso ponto de partida para a execução deste trabalho foi a identificação de recorrências no conteúdo publicado pelos sites de origem estrangeira com atuação no Brasil. Foram identificados sete sites jornalísticos que enquadram-se nestas características, dos quais apenas um – a BBC Brasil – chegou ao país ainda na década de 1990⁶. Observou-se, então, a presença de temas que são abordados de maneira diferente – ou simplesmente ignorados – pelos veículos nacionais, como é o caso da questão indígena, da violência policial, do aborto, da crítica de mídia e, por fim, da escravidão.

Conforme Castells (2015), a mídia opera prioritariamente em uma lógica comercial, que se sobrepõe ao status legal. Este movimento se dá de maneira global, de modo que a globalização, a digitalização, a formação das redes e a desregulamentação provocaram profundas transformações nas operações mediáticas, pondo fim aos limites da expansão da mídia corporativa. Como consequência deste processo, o autor aponta “a formação de redes globais de negócios multimídia integradas, organizadas com base em parcerias estratégicas” (CASTELLS, 2015, p. 120).

⁵ Uma mostra de como a presença estrangeira impactou no mercado é a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) no Supremo Tribunal Federal (STF), que questiona a atuação de tais sites no país, uma vez que são constituídos por capital estrangeiro.

⁶ Os demais sites são: The Intercept Brasil (Estados Unidos), El País Brasil (Espanha), Vice News (Estados Unidos), Deutsche Welle Brasil (Alemanha), Huffington Post (Estados Unidos) e BuzzFeed News Brasil (Estados Unidos), todos com versão brasileira criada a partir de 2013.

Como é notório, os meios de comunicação no Brasil encontram-se concentrados nas mãos de poucas famílias. Desta forma, nos parece correto afirmar que a presença de empresas estrangeiras resulta, no mínimo, em uma maior pluralidade no jornalismo consumido no país. Cabe salientar, ainda, que a chegada destas empresas jornalísticas ao Brasil coincide com um período de redução de investimentos das empresas locais, processo que impacta negativamente no desenvolvimento do jornalismo voltado para a internet desde a década de 1990, conforme aponta Ferrari (2004), quando o segmento foi prejudicado em razão da bolha das ações de tecnologia. A crise resultou no fechamento ou no enxugamento de alguns projetos jornalísticos e, conseqüentemente, na redução de postos de trabalho.

3. ACONTECIMENTALIZAÇÃO

Ao analisar o acontecimento da segunda eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, em 2012, Marocco, Zamin e Boff (2012) referem-se ao desejo “de expor publicamente ao mundo as suas próprias ideias e algo que se insinua no nível das práticas midiáticas como uma espécie de contrajornalismo” (p. 93). Os autores sustentam que o que foi materializado na cobertura da vitória de Obama levou à observação de que “na cobertura de grandes acontecimentos, pelo sentido histórico e valor-notícia que esses possuem, ocorre um rompimento com um modelo jornalístico enunciado pela clássica pirâmide invertida” (p. 93).

Os autores buscam, com isso, analisar como o acontecimento é materializado pelo jornalismo e como em sua complexidade, enunciada como um “poliedro de inteligibilidade”, pode contribuir para uma reflexão crítica sobre as práticas das mídias jornalísticas.

Por seu valor de signo de uma causa permanente, pela sua amplitude que ocupa no espaço e no tempo e por sua interferência no "real", no mundo das coisas vividas, os "grandes acontecimentos" demonstram a inevitabilidade da ruptura com o que já não se suporta mais e do progresso, em seu sentido kantiano, como uma disposição moral da humanidade para a mudança. São acontecimentos que ecoam o passado, provocam ruptura com ele, interferem no presente e se projetam no futuro em sua potência de devir. (MAROCCO, ZAMIN E BOFF, 2012, p. 94)

A eleição de Obama, conforme os autores, enquadra-se nesse quesito ao ressoar o passado escravocrata dos Estados Unidos e a segregação racial que há até bem pouco tempo faziam parte do cotidiano daquele país – ainda que as tensões provocadas por supremacistas brancos ainda estejam presentes na sociedade. Assim, o acontecimento em estudo demonstra “a sensibilidade de nossos tempos e a esperança de lutas futuras” (p. 94).

Conforme Foucault, o poliedro de inteligibilidade permite a construção, em torno do acontecimento, de uma análise polimórfica, de modo que “o número de faces não é previamente definido e nunca pode ser considerado legitimamente concluído” (2006). Nas reportagens que fez sobre o Irã, no final de década de 1970, o filósofo se debruça sobre questões silenciadas pelos órgãos oficiais e pela imprensa, por meio da indagação “o que está acontecendo com nosso presente, que não chega até nós?”

O poliedro possibilita compor, decompor e recompor os acontecimentos, a partir do(s) ângulo(s) de entrada. Aí reside a riqueza, desencadear inúmeras possibilidades de compreensão da realidade. Transposto ao jornalismo, o "poliedro de inteligibilidade" pode auxiliar tanto na produção dos acontecimentos como na compreensão de como os acontecimentos discursivos se engendram, acionando e revelando uma rede discursiva que lhe é anterior e exterior. (MAROCCO, ZAMIN E BOFF, 2012, p. 95)

O conceito de acontecimentalização, portanto, parece se encaixar no trabalho desenvolvido por Foucault no Irã, de modo que o jornalista assiste ao nascimento das ideias. Ao mesmo tempo, distancia-se dos historiadores, que “fazem da desacontecimentalização o princípio de inteligibilidade histórica”.

Foucault entende por acontecimentalização

uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma "singularidade". (...) Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas. (FOUCAULT, 2015, p. 332)

Além disso, na definição do filósofo, trata-se de reencontrar as conexões, encontros, apoios, bloqueios, jogos de força e estratégias que “em um dado momento formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade” (idem). Desta forma, para o autor, analisar o encarceramento penal como “acontecimento” significa definir os processos de penalização das práticas precedentes de encarceramento.

Considerando a abolição da escravatura no Brasil, ocorrida em 1888, como um destes acontecimentos que provocam rupturas na sociedade, interferindo no presente e alimentando a esperança de conquistas futuras, nossa análise vai se debruçar sobre reportagens veiculada por sites jornalísticos com atuação no Brasil, de origem nacional e estrangeira, por ocasião dos 130 anos da assinatura da Lei Áurea.

Ao analisar a prevalência da cultura da alteridade nas organizações comunicacionais, Allan (2010) aborda a questão da diversidade étnica no jornalismo. O autor faz menção a comentários racistas surgidos por ocasião da posse de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos, em 2008. Chama a atenção para o fato de um jornal do Mississippi ter publicado editorial com uma espécie de pedido de desculpas pelo posicionamento adotado no passado em relação aos direitos civis. Sabe-se, por exemplo, que a porcentagem de jornalistas dos Estados Unidos pertencentes a minorias étnicas pouco cresceu ao longo das últimas décadas – em 2007, conforme o texto, estava em 13,52% (ALLAN, 2010). É notório, e já foi objeto de diversas pesquisas, que o percentual de jornalistas negros nas redações brasileiras é insignificante quando se leva em conta o percentual de negros da população brasileira.

Para Allan, o jornalista disposto a participar do diálogo e sobre como definir sua identidade de uma maneira progressista deverá “começar não com as premissas de uma profissão que procuram servir, mas com as suas obrigações com os públicos diversos cujos interesses afirmam representar” (ALLAN, 2010, p. 39). A assimilação a que se referem Galtung e Ruge (1999), no que se refere aos requisitos que tornam provável a transformação do acontecimento em notícia, ocorre num contexto em que a política editorial das organizações jornalísticas costumam ser aceitas pelo jornalista, embora raramente as regras estejam explícitas (SOLOSKI, 1999, p. 99).

4. ANÁLISE

O recorte temporal é composto pelas reportagens publicadas entre os dias 11 e 13 de maio de 2018, por ocasião do aniversário de 130 anos da Abolição da Escravatura no Brasil. A Lei Áurea foi assinada pela princesa Isabel, regente do Brasil Imperial, no dia 13 de maio de 1888.

BBC Brasil

A primeira reportagem que iremos analisar intitula-se “A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil”, publicada no site da BBC Brasil no dia 11 de maio de 2018⁷. O texto, assinado pelas jornalistas Amanda Rossi e Juliana Gagnani, foi publicado por ocasião dos 130 anos da Lei Áurea, transcorridos no dia 13 daquele mês. Com vasto material fotográfico, mapas e imagens de jornais da época, a reportagem divide-se em quatro partes: A luta pela abolição, O movimento abolicionista, as Revoltas e o “depois”.

O foco da publicação – como o título sugere – é registrar o protagonismo dos negros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil, já que a façanha é normalmente atribuída à princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888. O sentimento de alegria vivido naquela data é registrado nas falas de escritores negros, como Machado de Assis e Lima Barreto, reproduzidas na reportagem. “Todos respiravam felicidade, tudo era delírio”, escreveu Machado. Há também menção a uma missa realizada no Campo de São Cristóvão, quatro dias após a abolição, registrada em fotografia onde aparece a princesa Isabel e, supostamente, o escritor Machado de Assis.

A reportagem trata de contextualizar os acontecimentos, ressaltando que o Brasil foi o último país do continente Americano a acabar com a escravidão. Ao longo de três

⁷ Cabe ressaltar que, no dia 13 de maio de 2018, outras duas reportagens sobre o tema são publicadas sobre o portal. São elas: "Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador", que consiste em uma entrevista com o historiador Luiz Felipe de Alencastro, e "Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil", que resgata a trajetória de Luís Gama, André Rebouças, Maria Tomásia Figueira Lima, Adelina, Dragão do Mar e Maria Firmina Reis.

séculos, segundo o texto, o país foi destino de quase cinco milhões de pessoas. Os descendentes daqueles que chegaram também foram escravizados. A quantidade de pessoas escravizadas que desembarcaram no Brasil, entre 1560 e 1856, é contabilizada por meio de um gráfico, que utiliza dados da organização internacional *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. É possível observar que a escravidão se intensificou na década de 1820, atingindo o seu pico no ano de 1829, com 72.949 escravos. Outro gráfico, em formato de mapa, mostra a origem dos escravos. Outro mapa, do Brasil, mostra a quantidade de escravos que desembarcaram no Brasil por região, sendo que a maioria foi levada para o Sudeste.

O fim da escravidão, conforme a reportagem da BBC, foi impulsionado por diversos fatores, o que inclui, como mencionamos, a participação popular, de modo que escravos, negros livres e brancos compartilhavam dos ideais abolicionistas. O movimento, segundo o texto, colocou o Brasil em polvorosa durante a década de 1880, sendo que algumas cidades isoladas já haviam se declarado livres da escravidão. Os debates na Justiça e no Parlamento eram acalorados.

O ponto de vista da reportagem é reforçado com o depoimento de especialistas sobre a história da escravidão. A princesa Isabel “teve uma importância bem lateral”, afirma a socióloga Angela Alonso, que considera que “há vários líderes negros que foram muito importantes”. Outro entrevistado, o professor da Universidade Estadual do Paraná Ricardo Tadeu Caires Silva, “explica que durante muito tempo o estudo da história tratou a abolição como uma dádiva da princesa Isabel”. O movimento abolicionista é resgatado por meio da menção a nomes como José do Patrocínio, Luis Gama e Joaquim Nabuco.

Deutsche Welle Brasil

A segunda reportagem que iremos analisar intitula-se “Escravidão brasileira, fantasma que se recusa a desaparecer”, publicada pelo site Deutsche Welle Brasil no dia 13 de maio de 2018. Da mesma forma que o texto da BBC Brasil, a reportagem foi publicada em alusão aos 130 anos da abolição da escravatura. O texto é assinado por Thomas Milz, jornalista alemão residente no Brasil.

A reportagem é ilustrada por uma gravura da época em que escravos aparecem trabalhando vigiados por um feitor. Na legenda, há uma crítica ao fato de as ilustrações da época raramente demonstrarem a “real crueldade da escravidão”. Há também fotografias de dois locais históricos relacionados à escravidão no Brasil: o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo, ambos no Rio de Janeiro. A quarta e última fotografia é de um desfile da escola de samba Beija-Flor, de 2012, ano em que o samba-enredo da agremiação abordou a saga dos africanos no Brasil escravagista.

A reportagem da Deutsche Welle busca demonstrar que, passados 130 anos da abolição da escravatura, milhões de afro-brasileiros ainda convivem com resquícios do período pré-abolição e vivem sob as mesmas condições precárias que os seus ancestrais. O texto inicia afirmando que, ao contrário de outras nações, a abolição no Brasil não se deu com uma guerra civil sangrenta (caso dos Estados Unidos), tampouco com uma revolta de escravos bem-sucedida (caso do Haiti). A carência de mão de obra, segundo a reportagem, foi em parte suprida pela presença dos imigrantes europeus, que chegaram em massa ao Brasil – no caso dos alemães, a partir da década de 1820 (é importante lembrar que a Deutsche Welle é uma empresa estatal alemã).

A reportagem menciona que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, sendo que isso ocorreu “só depois de esse sistema econômico ter se esvaziado”. A seguir, o jornalista apresenta números que demonstram a dimensão da escravidão no Brasil. “O balanço de seus 350 anos é atroz: um de cada dois africanos traficados foi parar no Brasil, 2 milhões só no Rio, um total de 5,8 milhões ao longo do litoral”, continua o texto. O texto menciona ainda os horrores da travessia dos escravos rumo ao continente americano.

Ao referir-se ao “legado nefasto” da abolição, a reportagem da Deutsche Welle observa que a libertação resultou em uma “catástrofe econômica” para os escravos, já que, sem dinheiro ou formação profissional, foram entregues ao próprio destino. “E lá se encontram, até hoje”, prossegue o texto. Em seguida, o autor afirma que milhões de afro-brasileiros vivem atualmente sob as mesmas condições precárias de seus ancestrais. Ele lembra, por exemplo, que dois terços das cerca de 60 mil vítimas de homicídios a cada ano são jovens negros.

A premissa é reforçada pela fala do psicanalista Contardo Calligaris, que diz: “todas as relações de poder do Brasil são absolutamente habitadas pelo fantasma da escravidão”. Para o ativista Celso Athayde, também entrevistado para a reportagem, “a sobra da escravatura só desaparecerá quando a população brasileira de cor finalmente se tornar protagonista da própria história”. A reportagem menciona ainda a existência da escravidão contemporânea, em fábricas têxteis ilegais ou minas de carvão. Outro fato mencionado é a tentativa do governo de Michel Temer de abrandar o conceito de escravidão moderna, em 2017, o que foi rechaçado após forte reação internacional.

Sites nacionais

Para analisar a abordagem das empresas jornalísticas nacionais, iremos nos ater ao conteúdo publicado pelos sites G1, Folha e Estadão. Uma busca personalizada pelos termos “Lei Áurea” e “escravidão” foi feita nestes portais, no período compreendido entre os dias 11 e 13 de maio de 2018, com o objetivo de identificar as reportagens publicadas sobre o aniversário de 130 anos da abolição.

No site G1, diversas menções à Lei Áurea foram encontradas na data pesquisada, porém algumas delas estão relacionadas a conteúdos produzidos por outras plataformas das Organizações Globo, como os programas de televisão, que tiveram sua reportagem produzida no meio digital. Também há publicações relacionadas às sucursais do portal⁸.

No nosso entendimento, a principal publicação relacionada ao tema é a reportagem “Negros ganham R\$ 1,2 mil a menos que brancos em média no Brasil; trabalhadores relatam dificuldades e racismo velado”, assinada pela jornalista Clara Velasco e publicada no dia 13 de maio de 2018. O texto aborda a história de três personagens que revelam situações de racismo vividas no dia a dia. Na linha de apoio, a matéria sustenta que “segundo especialistas, período de escravidão e falta de políticas públicas estão por trás de desigualdades atuais”. Também destaca que, conforme dados

⁸ Um exemplo é “Cidade da Paraíba aboliu escravidão antes da Lei Áurea em 1888, diz pesquisador”

(<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/cidade-da-paraiba-aboliu-escravidao-antes-da-lei-aurea-em-1888-diz-pesquisador.ghtml>).

do IBGE, os negros têm índices de educação mais baixos e condições de vida mais precárias. Entre as razões, o texto cita, atribuindo a informação a especialistas, que o preconceito e o racismo são um aspecto importante da herança centenária que remete ao período da escravidão.

A reportagem conta ainda com dois vídeos produzidos especialmente para o site. No primeiro, a narradora cita os dados do IBGE que apontam a discrepância entre a renda de brancos e negros. No segundo, três entrevistados contam experiências negativas vividas no mercado de trabalho em razão da cor da pele. O portal também republicou, no dia 13 de maio de 2018, a reportagem “Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil”, produzida pela BBC Brasil.

O site do jornal O Estado de São Paulo publica, no período analisado, duas reportagens relativas ao tema. Na reportagem "Memória da escravidão se apaga em SP", publicada no dia 13 de maio de 2018, o foco é as más condições de preservação das fazendas que contam a história da escravidão no interior do Estado de São Paulo. Segundo o texto, das quase mil senzalas que existiam nos ciclos da cana-de-açúcar e do café, hoje restam não mais do que uma dezena. O único entrevistado é o advogado Ademir José da Silva, presidente da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra, que denuncia um processo de "apagar a memória da escravidão porque o Brasil tem vergonha da história de sua formação". O texto é assinado pelo jornalista José Maria Tomazela.

A outra reportagem d'O Estado de São Paulo, publicada no dia 12 de maio de 2018 na editoria de Cultura, refere-se ao lançamento do Dicionário da Escravidão e Liberdade. No texto, a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, coautora da obra junto com o historiador Flávio dos Santos Gomes, afirma que a Lei Áurea pregava uma ideia de liberdade para o “momento presente”, de modo que o sistema foi perpetuado por uma “continuidade da escravidão”, embora não formalmente. Gomes, da mesma forma, faz críticas ao período pós-abolição. Ele menciona que a abolição se deu de forma mais lenta na comparação com os Estados Unidos. Ainda segundo a reportagem, a obra “reúne 50 textos críticos que buscam abordar o maior espectro possível de aspectos sobre o tema”. O texto é assinado por Ubiratan Brasil.

No site do jornal Folha de São Paulo, a busca pelos termos anteriormente citados resulta em apenas uma reportagem produzida originalmente pela empresa, que trata do lançamento do livro “Dicionário da Escravidão e Liberdade”, de Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes. A abordagem do texto “Historiadores lançam dicionário com ensaios sobre a escravidão no Brasil”, publicado no dia 12 de maio de 2018, consiste em desmentir com base na obra algumas informações falsas que circularam na época da escravidão. A alegação de que Rui Barbosa teria mandado queimar documentos relativos ao período, por exemplo, é contestada pelos autores, que alegam que o que foi destruído foram documentos relativos a impostos, um sinal “aos senhores que esperavam ser indenizados após a Abolição”. O texto é assinado por Maurício Meirelles. A Folha, a exemplo do G1, também republicou a reportagem “Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil”, de autoria da BBC Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que ocorreu com a eleição de Obama à presidência dos Estados Unidos, em um país que há poucas décadas havia sido dividido pela segregação racial, rememorar a abolição da escravatura representa uma tentativa de chamar a atenção para os problemas que ainda são decorrentes do longo período de escravidão no Brasil – o que é agravado pelo fato, mencionado nas reportagens acima, de que o país foi o último, nas Américas, a proibir a escravidão.

Ao abordar questões como o protagonismo dos negros no movimento abolicionista, denunciar a ausência de amparo a esta população no período pós-abolição e mencionar as tentativas recentes de abrandar o conceito de escravidão, tudo isso com uma pluralidade de fontes, as reportagens publicadas pela BBC Brasil e pelo Deutsche Welle Brasil aproxima-se da "ruptura das evidências" mencionada por Foucault em seu conceito de acontecimentalização.

Na comparação entre as abordagens de sites estrangeiros e nacionais, observa-se maneiras diferentes de rememorar a abolição. Enquanto os sites nacionais restringem-se ao factual, as reportagens da BBC Brasil e da Deutsche Welle Brasil buscam trazer

novos elementos à discussão sobre este acontecimento histórico. Desta forma, nota-se a prevalência do imediatismo na mídia local, acentuado pelo fato de dois dos principais sites nacionais destacaram o mesmo fato – o lançamento de um livro alusivo ao tema, o que sequer é mencionado pelos sites estrangeiros. Ou seja, demonstra-se a necessidade da ocorrência de um acontecimento para determinar se um tema deve ou não ser notícia (TRAQUINA, 1999, p. 175-176). Observa-se o que Moretzsohn chama de “fetichismo da velocidade”, com a consequente ausência de um jornalismo de caráter mais reflexivo, o que é produzido em certa medida pelas páginas de origem estrangeira que analisamos.

Sabemos que uma das características da chamada convergência no jornalismo é o enxugamento das redações jornalísticas, o que não pode deixar de ser mencionado neste caso. Deste modo, nos grandes veículos de comunicação, é comum que o repórter esteja envolvido com mais de uma reportagem a cada dia. Tuchman (1999) aponta que “a menos que o repórter tenha levado a cabo uma investigação prolongada, ele geralmente tem menos de um dia de trabalho para se familiarizar com o *background* do acontecimento” (p. 76), de modo que, evidentemente, os exemplos trazidos pelas páginas de origem estrangeira demandam um esforço de apuração maior do que o usualmente destinado ao noticiário do dia a dia.

Bourdieu (1994, p. 108) menciona que a vigilância permanente entre os concorrentes tende a favorecer a uniformidade da oferta. É o que vemos ocorrer com os sites dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, que publicam na mesma data uma reportagem sobre o mesmo tema, o lançamento do livro “Dicionário da Escravidão e da Liberdade”, baseada inclusive em entrevistas com as mesmas fontes, ou seja, os autores do respectivo livro. No caso da Folha, trata-se da única reportagem de autoria da própria equipe do jornal que menciona a Lei Áurea no período analisado.

A uniformidade também fica demonstrada com a republicação, pelos sites G1 e Folha de São Paulo, da reportagem “Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil”, produzida pela equipe da BBC Brasil e publicada originalmente no site da empresa britânica.

As reportagens citadas nos permitem analisar, também, a questão da memória no jornalismo digital, uma vez que a internet trouxe novas possibilidades no que se refere

ao uso de arquivos e elementos históricos no trabalho jornalístico. Para Palacios (2004), a memória potencializada ilustra uma das especificidades do jornalismo digital, o que mostra como o simples uso de instrumentos de análise utilizado em outros suportes pode se revelar insuficiente quando a tarefa é avaliar veículos com atuação na internet. O autor considera que a quebra dos limites físicos, proporcionado pelas novas tecnologias, possibilita a “utilização de um espaço praticamente ilimitado para disponibilização de material noticioso”.

Cabe ressaltar ainda que a questão da contextualização, cuja ausência costuma ser criticada no jornalismo atual⁹, passa a ter particular importância nos meios digitais, uma vez que “a natureza hipertextual da internet lhe permite o enriquecimento das notícias, contrariando assim um dos problemas do jornalismo atual: a compatibilização da velocidade da informação, com o espaço disponível e com a riqueza das informações disponibilizadas” (CANAVILHAS, 2004, p. 7).

REFERÊNCIAS

ALLAN, Stuart. O jornalismo e a cultura da alteridade. **Brazilian Journalism Research** - volume II - número 2, 2014. p. 188-205

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CANAVILHAS, J. M. A Internet como Memória. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/710/1/canavilhas-joao-internet-comomemoria_2004.pdf.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

⁹ Canavilhas (2004) cita entrevista de Mário Mesquita ao Diário de Notícias, em janeiro de 2003, em que este afirma que “falta à imprensa uma certa memória”, e alerta para o risco de “um jornalismo descontextualizado facilitar o aparecimento de um jornalismo de estados de alma”.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro – A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PALÁCIOS, Marcos. A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos. In: BARBOSA, Suzana; MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (org.). **GJOL: 20 anos de percurso: textos fundadores e metodológicos**. Salvador: Edufba, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia e cotas no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega Editora, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.